



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333917-7

AGRAVANTE: SISTEMAQ AUTOMAÇÃO LTDA.

**AGRAVADOS: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, BANCO
BRADESCO S/A E BANCO ITAÚ S/A.**

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CANCELAMENTO DE PROTESTOS. NÃO DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. NÃO COMPROVADA A RELAÇÃO ENTRE OS PAGAMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS E OS TÍTULOS PROTESTADOS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO NOVO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, devem ser observados cumulativamente os requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações (art. 273 do CPC).
2. No caso em análise, estando os protestos aperfeiçoados, a antecipação de tutela para o cancelamento perseguido somente seria possível, com a existência de prova concreta, hábil acerca do pagamento dos títulos, fato não ocorrido no caso em análise.
3. Não se verifica a correspondência entre os números dos títulos constantes nas notas fiscais apresentadas pela ora agravante com aqueles contidos nas Certidões de protesto.
4. Diante da inexistência de verossimilhança das alegações da parte agravante, não é possível, ao menos no presente momento, a concessão da tutela antecipada pleiteada.
5. Inexistência de argumento novo capaz de afastar os fundamentos da decisão interlocutória agravada.
6. Recurso a que se nega provimento.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, tudo nos termos de voto do Relator, que passa a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife/PE,

10 de Junho de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

142
h



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333917-7

AGRAVANTE: SISTEMAQ AUTOMAÇÃO LTDA.

**AGRAVADOS: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, BANCO
BRADESCO S/A E BANCO ITAÚ S/A.**

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão interlocutória proferida por esta relatoria, a qual rejeitou o pedido de antecipação de tutela, mantendo a decisão de primeiro grau.

Na decisão ora agravada (fls. 118/120), este Relator, ao analisar os documentos contidos nos autos, entendeu pela inexistência de prova inequívoca que levasse ao convencimento acerca da verossimilhança da alegação, tendo em vista que a ora agravante não apresentou documentos suficientes que servissem como indício de prova para a inexistência da dívida protestada.

Em suas razões de recurso (fls. 127/133), a empresa agravante reafirma a existência de 14 (quatorze) títulos indevidamente protestados, com a inscrição negativa na Serasa e argumenta que, ao apresentar os títulos para protesto os Bancos demandados, ora agravados, alteram a numeração originária das duplicatas, no momento do protocolo cartorário, apresentando títulos com numeração própria, diferente da numeração das notas fiscais.

Ao final, pugna pela reconsideração da decisão agravada, ou, caso assim não se entenda, seja remetido o recurso para apreciação da respectiva Câmara.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Não exercido o perseguido juízo de retratação, coloco o presente recurso para apreciação pela respectiva Câmara.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife/PE, 10 de junho de 2014


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333917-7

AGRAVANTE: SISTEMAQ AUTOMAÇÃO LTDA.

**AGRAVADOS: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, BANCO
BRADESCO S/A E BANCO ITAÚ S/A.**

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

Atendidos os requisitos de admissibilidade, passo a examinar o mérito da contenda.

Conforme relatado, cuidam os autos de recurso de Agravo interposto contra decisão interlocutória, a qual indeferiu o pedido de antecipação de tutela, mantendo os protestos objeto do litígio.

Em que pesem as alegações da empresa agravante, devem prevalecer as razões e fundamentos expostos na decisão de fls. 118/120.

Não observo nenhum argumento novo no presente recurso capaz de ensejar a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, com o intuito de obter o cancelamento provisório dos títulos protestados.

Ressalte-se que, de fato, constam nos autos duas Certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Protestos (fls. 46/48), com anotações referentes a 14 (quatorze) Títulos; no entanto, ao analisar as notas fiscais apresentadas pela ora agravante (fls. 56/83) não se verifica correspondência dos números dos Títulos aí constantes com aqueles contidos nas referidas Certidões.

Para justificar a ausência da correspondência supracitada, a agravante argumenta, em suas razões recursais que "os réus cessionários, apresentantes dos títulos a protestos, alteraram a numeração originária das duplicatas no momento do



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

protocolo cartorário apresentando títulos emitidos por si, com numeração própria, diversamente do que constara nas notas fiscais...”.

E, em seguida, afirma que o boleto bancário anexado, à fl. 84, o qual tem correlação com a nota fiscal de fl. 60, é prova contundente da existência de tais alterações pelos bancos demandados, ora agravados.

Ocorre que ao analisar, mais uma vez, o supracitado documento de fl. 84, verifica-se que este encontra-se com o campo “nosso número” ilegível, bem como faz referência tão somente à nota fiscal de fl. 60, não sendo extensível às demais notas.

Ademais, mesmo se considerado o referido boleto bancário como prova contundente da alteração realizada pelos bancos demandados, a nova numeração deveria estar presente na certidão de protesto, fato não verificado.

Dessa forma, conforme exposto na decisão interlocutória combatida, a agravante não logrou comprovar os pagamentos referentes aos títulos protestados.

Estando os protestos aperfeiçoados, o cancelamento perseguido somente seria possível, com a existência de prova concreta, hábil acerca do pagamento dos títulos, fato não ocorrido no caso em análise.

Outrossim, a planilha com a correspondência entre os números dos títulos contidos nas notas fiscais e os protocolos dos cartórios foram apresentados de forma unilateral pela agravante, não servindo como prova relevante para o convencimento deste Juízo.

Quanto à oferta de garantia real imobiliária, esta atenderia apenas a um dos requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, qual seja, a irreversibilidade da medida (art. 273, § 2º CPC).

Ante o exposto, diante da inexistência de verossimilhança das alegações da parte agravante, entendo não ser possível, ao menos nesse Juízo de cognição sumária, a concessão da tutela antecipada pleiteada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Diante de tais fatos, tendo em vista que a agravante não trouxe argumento novo capaz de afastar os fundamentos expostos na decisão interlocutória agravada, tenho por bem ratificá-los, razão por que **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Recife/PE,

10 de junho de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator